

Na Idade Média, os tempos de Rômulo eram paramentados com o fascínio do maravilhoso. Inúmeros manuscritos, hoje dispersos em todas as bibliotecas da Europa, nos contam a chegada do patriarca Noé nas margens do Tibre, associado pelas circunstâncias, às vezes a Jano, às vezes a Saturno. Noé vinha deste modo substituir, ou a acompanhar, o legendário herói troiano Enéias de quem os romanos da antiguidade acabaram por fazer seu herói nacional.

Em seguida, no Renascimento, quando, mesmo continuando o costume medieval de misturar a história bíblica com a história romana, de novo os textos antigos foram difundidos, lidos e comentados, isto aconteceu com finalidades historicistas que nos períodos precedentes eram ignoradas e que tendiam, com maior ou menor sucesso, a depurar a tradição de seus acréscimos fictícios. Então apareceram pela primeira vez os sinais das duas correntes opostas, conservadora e cética, que deviam caracterizar sempre mais o estudo das origens de Roma: para a primeira corrente, se tratava de mostrar que na lenda é possível localizar uma história muito antiga (e então às vezes se fala de ponto de vista historicista); para a segunda, o relato das origens não tem nada de histórico e pertence completamente à fantasia (análise que no século XIX achará sua mais perfeita expressão na chamada hipercrítica, de que falaremos mais adiante a propósito do historiador italiano Ettore Pais). Ainda que diferentes entre si, as duas interpretações já tinham em comum a preocupação de voltar-se para o testemunho dos textos antigos e, supremo refinamento, de colocá-los em confronto para obter deles, pensava-se, a versão autêntica e verdadeira: método de análise combinatória que devia fundar a filologia, nova ciência dos textos, e, assegurar a ela as suas primeiras conquistas. Na mesma época, Maquiavel decifrava na primeira década de Tito Lívio os preceitos da sua arte de governar.

A partir do início do século XVII, ou até mesmo do final do século precedente, o exame das tradições legendárias sobre o nascimento da cidade eterna devia, na realidade, tornar-se a versão explícita e temperada de outro debate, muito mais crucial e em grande parte implícito: aquele que se referia à veracidade da tradição bíblica. Colocar em dúvida a historicidade de Rômulo permitia, portanto, mas com menor risco, colocar em dúvida a historicidade de Noé e da Bíblia.

.....

No início do século XVIII Louis de Beaufort criou uma argumentação de ordem histórica: “Não nos surpreenderá”, escrevia, “que tenhamos poucas luzes sobre a origem de Roma e sobre os tempos que a circundam, dado que por quinhentos anos esta não teve historiadores e o primeiros tenham sido pouco exatos, e dado que no incêndio que a consumiu essa perdeu, depois de ter sido conquistada pelos gauleses, quase todos os monumentos que teriam podido suprir as faltas dos historiadores e acertar os principais eventos”.

.....

Na aurora do século XIX Barthold Georg Niebuhr, cuja *História Romana*, aparecida em 1811-12, e várias vezes em seguida republicada, inaugurou o período triunfante da ciência alemã da Antiguidade, l'*Altertumswissenschaft*, hoje ainda presente através de tantos repertórios e obras de vocação enciclopédica que não foram substituídos. Esses assistiam ao nascimento de uma nova disciplina do espírito, que se atribuía a tarefa não somente de criticar a tradição, mas além dessa etapa preliminar na qual a ironia do século precedente havia atolado, de oferecer também, graças aos instrumentos completamente novos da crítica textual – Niebuhr era um leitor de manuscritos, um paleógrafo renomado e audaz –, um quadro histórico consolidado e renovado.

Neste sentido a obra de Niebuhr pertence precisamente ao seu tempo, um tempo em que o estudo do passado não se concebia sem uma forte componente de restituição.

Na reconstrução da narrativa desses tempos arcaicos, no lento e difícil emergir da plebe romana diante da arrogância da velha aristocracia, na irresistível ascensão do jovem Estado romano à supremacia, os contemporâneos de Napoleão e da Santa Aliança reconheciam o distante prelúdio dos antagonismos sociais do seu século e atingiam a certeza que do caos aparente e da desagregação da ordem antiga que viam terminar sob seus olhos surgiria um dia o triunfo das novas forças da Europa das nações.

Sobre as ruínas de Niebuhr, edificou a sua *História Romana*, publicada logo após as revoluções da metade do século, Theodor Mommsen, titã nunca igualado dos estudos da Antiguidade Romana. Na verdade, Mommsen apressava-se em chegar à narrativa dos tempos republicanos, dedicando aos períodos mais antigos apenas um rápido sobrevoo. A citação que escolhera para figurar em cima do primeiro livro da sua obra, uma reflexão de Tucídides sobre a obscuridade dos tempos legendários, mostra-nos que renunciava de forma muito consciente a pronunciar-se sobre épocas nas quais não teria encontrado nem “fatos” nem “grandes eventos”.

Concepção da história muito positivista e nitidamente desassociada de sua obra de epigrafista, de linguista e de jurista. O interesse da tradição sobre as origens de Roma para Mommsen estava, com efeito, não na sua imediata historicidade, porque como conto histórico ele não via aí senão invenção e propaganda, mas no seu valor de representação das categorias do direito romano. É, pois, sobretudo nas obras jurídicas que se achará a exegese das lendas das origens, pelo menos daquelas que põem em cena os esquemas essenciais do pensamento jurídico romano. Mas em uma concepção em que a história era vista apenas como *um conjunto* de eventos e fatos, devia-se renunciar à narrativa dos inícios de Roma. Ainda uma vez o estudo das origens parecia levar a um beco e não deixar escolha senão entre a repetição, quase ritual da tradição liviana e indefinidos estudos de fontes, condenados ontologicamente a não ser jamais outra coisa que preliminares sem sequência.

Deve-se ao italiano Ettore Pais, um aluno de Mommsen, do qual tinha seguido por dois anos o seminário em Berlim, o interesse renovado pelas origens de Roma que caracterizava o fim do século. As circunstâncias eram favoráveis a esse despertar: a partir de 1870, enfim estabelecido às margens do Tibre, o muito jovem Estado italiano debruçava-se com participação e com a vontade de não negligenciar nenhum aspecto do antigo passado da sua nova capital. Fervor, como seria visto na sequência, não isento, todavia, de perigos, porque no campo dos *Primordia* um nacionalismo sombrio, na erudição como em outros âmbitos, fazia muitas vezes pender a balança em favor de uma interpretação muito prudente e muito conservadora da tradição clássica.

Todavia, e o exemplo mostra uma vez mais como a história das ideias e da historiografia não possa ser reduzida a uma causalidade simplista, durante aqueles anos Pais elaborou uma *História de Roma*, publicada pela primeira vez em Turim, em 1898-99, que permanece hoje o monumento mais duradouro daquilo que se chama hipercrítica: "excesso de crítica", tal era, com efeito, o sentido desse termo, que se queria pejorativo, e do qual os sequazes da tradição se serviram para se referir à problemática adotada por Pais.

Todos esses esforços foram, então, despendidos em vão? E se pode julgar, como, em geral, se faz hoje, que, uma vez que os progressos da arqueologia invalidaram as conclusões de Pais, mesmo a sua tentativa é de nenhum peso e inexistente? Certamente não. Antes de tudo, pelo seu incontestável sucesso público, ele obrigou o campo dos tradicionalistas – aqueles que confiavam nos textos (e que nós podemos definir hipocríticos, mas que, a fim de evitar confusões, doravante preferimos chamar de *fidelistas*) – a afinar as armas, a depurar suas problemáticas, a aliviar a adesão à tradição e sobretudo de tentar justificá-la; e isto é um mérito não entre os menos importantes. Por exemplo, sem a obra de Pais não se poderia conceber a “crítica temperada” posta em prática desde o início deste século por Gaetano de Sanctis nos primeiros volumes de sua *História dos romanos*. Mas sobretudo, o aparecimento de uma obra como a sua tornava difícil o retorno àquele determinismo tão amado durante o século XIX: pesados, desmontados, desencadernados, radiografados se poderia dizer no acumular-se de uma barafunda de análises emaranhadas, os primeiros tempos de Roma e as lendas que a esses se referiam dissolveram-se em mil e uma causas perdendo, junto com a sua autenticidade, sua cronologia e seu sentido.

Outro mérito lhe deve ser atribuído, que, em minha opinião, não é bastante ressaltado: é aquele de ter restituído às lendas das origens de Roma sua substância concreta e sua densidade cronológica, de fazer delas, em suma, verdadeiros objetos históricos.

\* \* \*

CORNELL, T.J. – *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London and New York: Routledge (Routledge History of the Ancient World), 2001. Cap. 1 Introduction: The Evidence: 1-30. (trechos selecionados)

Um fato significativo sobre a evidência arqueológica do Lácio é que o grande volume dela vem de contextos funerários. As escavações mais importantes foram de sítios cemitérios, e a maior parte dos artefatos foi achada em sepulturas. Os cemitérios são proeminentes não porque os arqueólogos são mórbidos por natureza, mas por causa do fato notável, comum nas sociedades antigas, de enterrar bens com os mortos. A maioria dos artefatos que estudamos sobreviveu porque eram deliberadamente depositados em tumbas seladas, que permaneceram intactas até que fossem desenterradas pelos arqueólogos (ou ladrões de tumbas). Além disso, as sepulturas representam ‘depósitos de achados fechados’; isto é, os artefatos que elas contêm foram enterrados todos juntos num só momento, e são, portanto, contemporâneos. Quando um número de sepulturas é escavado no mesmo cemitério, o arqueólogo pode comparar os vários grupos de artefatos e ordená-los em sequência; isto torna possível estabelecer a cronologia relativa e é a base de toda a datação arqueológica. As

datas absolutas podem ser fornecidas para todo o esquema por sepulturas que contêm objetos (usualmente importações estrangeiras) que podem ser datados independentemente.

Tumbas, edifícios sagrados, depósitos votivos – estes formam o foco tradicional da arqueologia italiana, e tendem a dar a ela uma aparência fora de moda e baseada no artefato. Mas as décadas recentes também têm visto grandes avanços na aplicação de novas técnicas como a prospecção de superfície (pioneira na Etrúria meridional, realizada pela Escola Britânica em Roma) e a investigação de assentamentos. Essas novas abordagens estão agora começando a colher evidência histórica valiosa.

É importante lembrar que a função da arqueologia é prover evidência histórica. Isso pode parecer um ponto de vista um tanto antiquado, e talvez precise esclarecimento. Não significa implicar que a arqueologia deveria ser subordinada ao estudo de textos, e ser apenas chamada quando contribui com a narrativa tradicional, menos ainda que deva ser relegada a notas de rodapé em apêndices sobre ‘vida cotidiana’ ou artes. O ponto é que a história, se não é para ser confinada a um estudo de reis e batalhas, deve incluir estas áreas de vida e cultura que são iluminadas por evidência arqueológica. E, por sinal, deve ser reconhecido que as questões que concernem aos melhores arqueólogos modernos – a organização de assentamentos, padrões demográficos, processos de produção, de troca e culturais – são questões históricas.

Historiadores e arqueólogos estão, portanto, engajados na mesma atividade, mas usando métodos diferentes. Segue-se que fontes escritas, se disponíveis, não podem e não deveriam ser ignoradas pelos arqueólogos, da mesma forma como historiadores não podem evitar a evidência arqueológica. Tentar escrever uma história ‘puramente arqueológica’ é enganoso. O problema é que a evidência arqueológica e a evidência textual provêm respostas a tipos de questões muito diferentes, e combiná-las é efetivamente muitíssimo difícil.

À primeira vista, isto poderia parecer surpreendente. A evidência arqueológica oferece um corpo de material que é inteiramente independente dos dados fornecidos por fontes escritas. Poderia, portanto, parecer ser uma questão simples comparar as duas e usar a primeira como um controle independente sobre a última. Infelizmente, a situação não é tão simples. Isso porque os dois corpos de dados representam diferentes tipos de realidade, e devem ser ordenados e interpretados, de acordo com suas próprias regras. No nível mais básico, os dados arqueológicos consistem de pedaços de material tangível – pedras, cerâmicas, metais e matéria orgânica. Mesmo a classificação mais básica deste material em categorias, como telhas, potes, moedas e armas, para não falar de tais abstrações como ‘cidades’ ou ‘santuários’, já é um ato de interpretação secundária. Quando as fontes escritas são disponíveis, é inevitável e perfeitamente apropriado que elas devessem ser usadas para assistir na empresa de interpretação. Quando um arqueólogo encontra um vaso ‘grego’, ou desenterra uma cidade ‘etrusca’, ele ou ela está introduzindo categorias que são derivadas, no fundo, de fontes escritas.

A maior parte de ‘fatos’ arqueológicos resulta ser uma mistura complexa de dados primários e interpretação secundária. Por esta razão é importante exercer extrema cautela quando argumentar que algum aspecto da tradição literária é ‘confirmado’ pela evidência arqueológica. A relação é frequentemente inversa. Isto é, a tradição literária está sendo usada para interpretar os dados arqueológicos. Um bom exemplo é a tradição sobre as sabinas. De acordo com a história, a população de Roma primitiva incluía um elemento substancial de sabinos (que havia sido integrado com os seguidores de Rômulo depois do rapto das mulheres sabinas). Pensava-se (e ainda se encontra esta ideia em muitos livros) que a tradição tinha sido confirmada pela escavação das sepulturas no Fórum romano, as quais consistiam de uma mistura de cremações e inumações. Isso foi considerado como indicação da presença de dois grupos étnicos distintos, um dos quais foi identificado com as sabinas.

A linha de argumentação é reveladora. Os dois tipos de sepultamento provavelmente deveriam ter sido tomados para indicar dois grupos étnicos diferentes mesmo sem a tradição literária; no início do século XX, tais interpretações étnicas estavam na moda. Mas, a evidência arqueológica, por si só, de forma alguma justifica a identificação de qualquer conjunto de sepulturas como ‘sabinas’. O que claramente aconteceu foi que os arqueólogos usaram a lenda das sabinas na Roma primitiva para ajudá-los a interpretar a evidência arqueológica. Quase todas as ‘confirmações’ arqueológicas são circulares neste sentido, e muitas são igualmente ilusórias. A descoberta recentemente comunicada de um muro, talvez datando do séc. VIII a.C., nas encostas nordeste do Palatino, poderia concebivelmente indicar que ele fizesse parte do sistema de fortificação de um primitivo assentamento nesta colina; mas isto não confirma qualquer tradição antiga, nem faz Rômulo menos legendário – da mesma forma como achados de cerâmica da Idade do Bronze não podem provar a realidade de Enéias ou Evandro. Esses exemplos apenas servem para provar a verdade do antigo ditado, que, se você faz uma pergunta tola, você recebe uma resposta tola.

Jacques Poucet, numa excelente discussão sobre esta questão, define a situação como segue:

Os historiadores deveriam ter muito cuidado quando apelam à arqueologia para ‘confirmar a tradição’ (para usar a frase tradicional). Falando amplamente, há duas situações, que precisam ser cuidadosamente distinguidas. Em numerosos casos, a arqueologia provê apenas vagas indicações capazes de várias interpretações possíveis, uma delas concordando com a tradição. Em nome da sanidade, não se pode falar em tais casos de confirmação de tradição. A situação é inteiramente diferente no caso de uma série ou sistema organizado de dados arqueológicos que, independentemente da tradição, sugerem fortemente, de fato, afirmam, uma situação distinta que pode ser tomada ou para fortalecer, ou enfraquecer, o relato tradicional. É somente no segundo caso que a arqueologia pode ser legitimamente invocada como um argumento a favor ou contra a tradição. Não tenhamos ilusões: frequentemente a imagem arqueológica será neutra e não permitirá nenhuma conclusão de uma forma ou de outra.<sup>1</sup>

\* \* \*

PALLOTTINO, M. *Origini e storia primitiva di Roma*. Milano, Saggi Bompiani, 2000.

Cap. 1 “Tradição Antiga e Crítica Moderna”: 15-58. Notas: M.I.D'A. Fleming (trechos selecionados)

### **Todas as fontes de conhecimento reconsideradas.**

Tudo o que se falou a propósito das diversas disciplinas que concorreram para “construir” a discussão sobre as origens de Roma tem como implicação óbvia também o problema dos dados de que se partiu, sobre os quais se baseiam os conhecimentos pouco a pouco adquiridos em cada campo de estudo. A orientação unitária que foi sendo determinada para uma tentativa de interpretação geral e reevocação histórica nos coloca de frente à exigência de reexaminar toda a “evidência” possível (usamos o termo na acepção inglesa<sup>2</sup>), qualquer que seja a natureza, e avaliar seu alcance de esclarecimento, em absoluto e comparativamente.

Falando de fontes arqueológicas em geral quer-se dizer tudo aquilo que não nos chega através de narrativas, mas que é diretamente constatável – visível, tangível, percorrível – na sua consistência material. É uma matéria que se nos apresenta como um grandioso cenário que operações de coleta diligente e de discernimento crítico cauteloso tornam ordenadamente evidente seja na perspectiva do espaço como na perspectiva do tempo. A primeira orientação é a da distribuição topográfica dos restos e dos achados: isto é, a referência aos locais que, de qualquer forma, contêm traços da vida de Roma primitiva. O segundo critério é o cronológico, que procura reconstruir uma ordem de sucessão e uma datação dos achados arqueológicos, classificando-os por fases. Topografia e cronologia constituem duas dimensões que, cruzando-se, criam a grade na qual é possível colocar os diversos fenômenos e recompor o seu quadro de conjunto.

.....De qualquer maneira, existiam desde os inícios do Novecentos propostas de subdivisões dos fenômenos culturais de Roma e do Lácio desde as origens em períodos sucessivos, com uma bipartição aproximativa e mais amplamente aceita em um primeiro e segundo “período do ferro”, vagamente correspondentes ao “vilanoviano” e ao “orientalizante” da Etrúria e caracterizados respectivamente pela prevalência do rito fúnebre da cremação e posteriormente pelo da inumação, nos tempos que precedem o florescimento arcaico do séc. VI a.C. Em seguida, estas repartições cronológicas foram definindo-se sempre melhor, até chegar no esquema proposto à crítica atual por Muller-Karpe, como já se acenou. Este esquema comporta as seguintes fases, com a sua colocação cultural e datação de máxima:

---

<sup>1</sup> J. Poucet, *Les origines de Rome: tradition et histoire*, Brussels 1985: 125.

<sup>2</sup> Evidence = indício, testemunho, dados.

- I Cultura do Bronze Final: séc. X a.C.
- II A Passagem à Cultura do Ferro: séc. IX a.C.
- B Desenvolvimento da Cultura do Ferro: séc. IX- início VIII a.C.
- III Cultura do Ferro avançada: séc. VIII
- IV A Orientalizante: final séc. VIII-VII a.C.
- B Orientalizante Recente: séc. VII-início VI a.C.

Será oportuno relevar logo que esta série é construída exclusivamente a partir de dados oferecidos pelas tumbas e reflete, portanto, um quadro limitado não apenas à produção material, mas unicamente à parte desta destinada ao costume funerário e constituída por materiais não perecíveis: certamente não representativo do desenvolvimento cultural geral e ainda menos do processo propriamente histórico.

A arqueologia parece abrir sempre horizontes mais vastos ao conhecimento dos primórdios de Roma. Mas, por mais luminosa que seja a imagem da civilização daqueles tempos exibida pelos testemunhos materiais, apenas a tradição literária está em condições de oferecer, mesmo que seja com toda a obscuridade e incerteza, um aspecto narrativo. Dizia-se inicialmente que neste contexto proto-histórico não se pode fazer distinção de valor para os diversos tipos de documentação. A arqueologia e a tradição são plenamente autônomas e ilimitadamente frutíferas nas suas esferas. Mas também são complementares entre si, no sentido de que a trama de fenômenos visíveis desenhada pela primeira pode encontrar uma sua explicação histórica qualquer apenas com o auxílio da segunda e, reciprocamente, a tradição recebe confirmações e perfis concretos da arqueologia. Isso, entretanto não significa que as correspondências e as combinações devam ser procuradas mecanicamente, e que os processos de investigação nos dois campos devam sofrer interferências recíprocas.

\* \* \*

BARTOLONI, G. *La Cultura Villanoviana. All'inizio della storia etrusca*. Roma: Carocci, 2004. (trechos selecionados)

## Definição e modelos

### 1.1. Resenha e perspectiva dos estudos

.....

#### 1.1.3. A teoria sócio-antropológica de matriz francesa e a New Archaeology

..... No decorrer dos anos setenta, de fato, no âmbito de tradições de estudo também muito diversas e praticamente independentes entre si, se manifesta um interesse notável pela estrutura econômica e social das comunidades pré-históricas e proto-históricas.

Com efeito, já especialmente por impulso de Gordon Childe (1925-58) uma rica tradição sociológica tinha dado uma nova postura aos estudos arqueológicos e, em particular aos das necrópoles: a arqueologia sociológica se ocupou predominantemente do estudo dos cemitérios.

O grande interesse pelo contexto funerário está intimamente relacionado ao desejo de fazer da arqueologia uma antropologia do mundo antigo. A evidência das necrópoles é, de fato, a mais rica e a mais bem conservada para uma boa parte do mundo antigo, enquanto é muito mais rara a documentação que corresponde aos povoados. O exame dos cemitérios como contextos estruturais permite o estudo daqueles aspectos das sociedades antigas, econômico, sociológico, intelectual, que somente de forma incompleta são iluminados por outros tipos de evidência. O momento da morte e o ritual funerário no seu conjunto apresentam uma relevante ocasião social.

Uma estreita relação entre ideologia funerária, sociedade, estrutura político-econômica é reforçada por estudiosos franceses e italianos que se inspiram na "psicologia" da história.

De maneira ainda mais categórica, a correlação entre articulação do sistema funerário e complexidade da organização social foi considerada basilar por Lewis Binford (1962) e pelo movimento que ele liderou (a New Archaeology): os diversos modos de tratamento do cadáver, a variedade do ritual, não são redutíveis a componentes étnicos diferenciados, mas exprimem a dialética interna ao sistema social, as suas estratificações horizontais (sexo, idade) e verticais (*status*, categoria/classe/condição social).

É comum a ambos os contextos de pesquisa (estudiosos europeus de antropologia do mundo antigo e novos arqueólogos de cultura anglo-saxã) o pressuposto de que entre a sociedade dos vivos e a comunidade dos mortos deve necessariamente existir uma relação de analogia; a morte é um momento crucial, no qual se evidencia a identidade complexa do morto na relação com o grupo social a que pertence: é a ocasião em que são expressos com maior clareza os valores e civis que fortalecem a vida da coletividade. A morte sela o destino do indivíduo e permite trazer o balanço da sua existência, diante da comunidade o defunto se apresenta, neste momento extremo, como centro de sistemas de relações (ou de parentelas) econômicas, políticas, ideais.

## **1.2. Fontes de conhecimento**

No conhecimento da proto-história do mundo etrusco faltou o testemunho direto de uma tradição literária original, por isso a documentação arqueológica permanece a fonte principal de nossos conhecimentos. Quando os documentos escritos se calam ou faltam, os dados são fornecidos pelas escavações.

Os elementos arqueológicos, porém, podem ser interpretados não apenas com base em análises ambientais, topográficas, cronológicas e funcionais, mas também com os dados da tradição, fornecidos mesmo se de maneira ocasional e fragmentária pelos autores clássicos.

.....

### **1.2.2. Fontes diretas: as escavações de povoados e de necrópoles**

.....

Infelizmente, faltam até hoje, pelo menos no que concerne à proto-história da Etrúria, análises exaustivas sobre as sedes das comunidades principais e apenas há pouco tempo foi dado impulso às escavações de povoados. Na pesquisa de campo prevaleceu, de fato, a escavação de necrópoles, não só devido à mentalidade do século XIX que concebia "a arqueologia como pesquisa de tesouros para serem expostos à fruição do público nos museus", mas também pelos dados que facilmente podem fornecer as deposições funerárias: uma tumba pode, de fato, reproduzir em um contexto fechado, homogêneo e provavelmente íntegro modelos de comportamento social de uma comunidade.

Bem diferente é o que vem à luz nos estratos de destruição de uma aldeia: cacos fragmentários e restos de ossos de animais ou sementes carbonizadas e, apenas às vezes, traços de estruturas.

Das distribuições e da posição de manufaturas específicas ou do reagrupamento dessas se poderá, porém, reconhecer a organização do espaço habitado de um vilarejo. Não só é possível distinguir as cabanas entre si em base às prováveis diversidades das funções, mas no interior de uma habitação os restos arqueológicos nos podem indicar as diversas atividades quotidianas: a zona do fogão, da preparação da comida, fossas-armazéns para a conservação dos mantimentos etc. Importantes para fornecer indicações sobre o destino e funções dos ambientes ou zonas da área escavada são as tomadas de amostras para análise geoquímica, para exames paleobotânicos, paleozoológicos e palinológicos. Estudos de antropologia física sobre os restos ósseos podem fornecer, por exemplo, dados sobre a dieta e sobre as condições sanitárias de antigas comunidades.

Através da escavação de um povoado se poderá ter, portanto, uma visão real do modo de viver desta comunidade em todas as suas componentes, enquanto a necrópole revelará só uma parte delas: os dados das povoações, portanto, ainda que menos conspícuos, são mais diretamente interpretáveis do que aqueles das estruturas funerárias, onde fatores ideológicos podem alterar a realidade dos vivos. A situação ideal é a de uma escavação de um povoado e da sua necrópole.

.....

A condução da escavação exige uma constante, minuciosa observação, registro e documentação gráfica e fotográfica de todos os particulares de ambientação, de posição e de relação recíproca de manufaturas antigas, imóveis e móveis; é preciso não deixar escapar os mínimos traços de terra de diversas colorações, fragmentos de bronze e de ferro oxidados, e restos de madeira ou tecido, para os quais se impõe uma pronta intervenção de salvamento e de restauro.

O método estratigráfico, ou seja, a pesquisa atuada progressivamente em profundidade, que distingue os níveis de acúmulo e valida a sua sucessão, constitui o procedimento fundamental, agora irrevogavelmente adotado pelos arqueólogos não apenas para as sedimentações naturais frequentemente imponentes das fases pré-históricas, mas também para cada tipo de pesquisa.

### **1.2.3. Fontes indiretas: a tradição literária e os dados legendários**

Ao faltar o testemunho direto de uma tradição literária original, podemos nos valer de uma, mesmo se não conspícua, série de informações indiretas que podem derivar dos escritores antigos. Isto é, a grande quantidade de dados arqueológicos em nossa posse vistos em relação e em conexão com as fontes literárias podem esclarecer e explicar muitos aspectos da civilização material e espiritual dos mais antigos (e também mais tardios) Etruscos.

.....

Também o confronto com outros ambientes enriquecidos pela existência de documentação escrita pode esclarecer e explicar alguns modos de comportamento. A escolha da documentação homérica é quase obrigatória: a redação dos poemas homéricos resulta ser não distante do período examinado e as instituições nela descritas, sobretudo do ponto de vista econômico e social, são ao menos em parte contemporâneas (Finley).

#### 1.4.

##### **Arqueologia da morte. Ritos fúnebres, formas ideais, estruturas sociais.**

A utilização dos dados provenientes das necrópoles é, desde muito tempo, considerada fonte primária para a reconstrução sociológica das comunidades antigas. Preferência motivada pela múltipla concentração e amostragem de materiais encontrada em complexos fechados, como as tumbas. Mais ainda, nos últimos quinze anos existiu, como se mencionou no resumo dos estudos, quase uma exaltação dos dados funerários como fonte arqueológica, que suscitou um ramo definível como “Arqueologia da morte”.

Tenha-se presente, porém, que as sepulturas e relativos pertences representam apenas uma das fontes arqueológicas de informação sobre uma sociedade, e talvez aquela mais condicionada no nível ideológico (Ucko). As tumbas mostram-nos, de fato, só aqueles caracteres (relativos ao vestuário, ao armamento, ao serviço de mesa) que a comunidade considerava oportuno que valesse a pena ressaltar, no âmbito do ritual funerário, para indicar o estado social do indivíduo depositado. Nas necrópoles podemos colher o reflexo de comportamentos sociais ritualizados simbolicamente. Portanto, o nexos entre a realidade social e sua tradução, mais ou menos simbólica, nos aparatos funerários deve ser procurada, se é possível, no confronto com outras fontes arqueológicas, como, por exemplo, a documentação dos povoados; de fato, é através da comparação com outros dados arqueológicos disponíveis que se deveria poder descobrir os critérios segundo os quais ocorria a seleção dos objetos a ser depositados no contexto funerário.

Se a falta, frequentemente lamentada, de comparações com outras evidências pode constituir um limite de informação, é necessário, porém, considerar as relações estreitas que na mentalidade arcaica deviam existir entre a esfera ritual e a esfera social. Portanto, para as comunidades proto-históricas, para as quais falta muitas vezes totalmente o suporte de outra documentação, a pesquisa sobre tipos de sepulturas pode constituir o meio principal à nossa disposição para tentar reconstruir a sua estrutura socioeconômica.

Deve-se, de qualquer forma, considerar o ritual funerário, expressão múltipla e polivalente do mundo dos vivos, como a imagem que cada grupo social escolhe dar de si mesmo (Curti). As honras fúnebres podem representar a ocasião na qual a comunidade sublinha no modo mais completo e significativo a soma das identidades sociais que constituem a pessoa social de cada um dos seus membros (Bietti Sestrieri); isto é, nos contextos funerários são representados simbolicamente os atributos da identidade social, assumida em vida por cada indivíduo, atributos que são reconhecidos como dignos de ser representados depois da morte.